

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

**ATA DE REUNIÃO**

Data :	08/03/2024	Local : Videoconferência (Aplicativo Zoom)
PROAD:	CNJ	Reunião conduzida por: Dr^a. Priscila Lopes da Silveira.
Horário :	16 Horas	

Participantes:

Dra. Priscila Lopes da Silveira – Juíza de Direito e Presidente;

Dra. Denise Gondim de Mendonça – Juíza de Direito de Araçu;

Dr. Thiago Inácio de Oliveira – Juiz de Direito da Comarca de Cristalina;

Dr. Heron José Castro – Juiz do Juizado Especial de Formosa;

Adriana Mesquita – Assessora da Diretoria de Planejamento e Inovação e Secretária desta Comissão

Marília Cristiane da Mota – Analista Judiciário, Núcleo de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Aparecida de Goiânia;

Neuma Maria da Silva Chadud Freitas – Escrevente Judiciário da Diretoria de Recursos Humanos;

Raquel Magalhães Antonini – Secretária de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão do NURSA;

Angelita de Fátima Ferreira da Cruz – Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão;

José Gabriel Antunes de Assis – servidor e tradutor em libras

Vinícius Melo – servidor e tradutor em libras

Marcela Ibiapino Martins – Assistente do NURSA.

Objetivo: Discutir a aprovação do cronograma e do calendário anual de atividades da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão; a inclusão de novos membros; a capacitação em libras de servidores; a necessidade de laudos periódicos para pessoas com autismo; entre outros

Registro dos apontamentos

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



1.

Dra. Priscila Lopes da Silveira esclarece que as capacitações estão programadas para começar em junho, durante um evento voltado para o autismo;

2. Dra. Priscila Lopes da Silveira prevê a realização de eventos presenciais, relativos à acessibilidade, voltados a servidores (e seus familiares) com deficiência, em cada prédio do judiciário em Goiânia;

3. Raquel Magalhães Antonini sugere duas frentes para tais eventos: (1) campanhas de sensibilização via CCS e (2) criação canal de comunicação para servidores do TJ disponível na intranet, como uma espécie de ouvidoria com intuito de tirar dúvidas e dar sugestões;

4. Raquel Magalhães Antonino sugere também a difusão do evento Todos Por Todos com antecedência. Sobre este evento, ela sugere a manutenção do sistema híbrido, focando na acessibilidade na forma de libras, legendas, etc.

5. Raquel Magalhães Antonini aborda a temática de capacitação de servidores em libras de forma a alcançar os 5% da força de trabalho de pessoas capacitadas. Ela sugere a capacitação de 359 servidores e ainda que sejam capacitados os demais servidores, nas capacitações como constam na resolução 401/2021 do CNJ.

6. Raquel Magalhães Antonini informa sobre o circuito de oficinas da EJUG para todo o interior do estado (em parceria com o SENAI), sugerindo a inclusão da temática de acessibilidade por meio de cartilhas sobre deficiências. Ao final, tais oficinas capacitarão pelo menos 120 pessoas na linguagem de libras.

7. Dra. Priscila Lopes da Silveira sugere que todos os eventos sejam online, com exceção do mês de setembro, quando haverá eventos presenciais. Sobre o curso de capacitação, ela coloca a importância de encaminhar proad a Dra. Lidia de Assis, com sugestão de que o Presidente indique servidores (e áreas de servidores) para realizar o curso de libras.

8. José Gabriel Antunes de Assis faz relato sobre a turma de capacitação em libras: houve uma turma com cerca de dez alunos, muitos deles comprometidos, outros não (supõe que estes se matricularam no curso apenas em buscas de horas de capacitação e não de conhecimento). Ele sugere que

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



haja obrigatoriedade/convocação para participação no curso. Sugere também que seja um curso presencial.

9. Vinícius Melo complementa que certos alunos começam o curso, porém desistem. Concorde com a obrigatoriedade e que seja presencial, ou que “câmara ligada” seja um requisito;
10. Dra. Priscila Lopes da Silveira demonstra preferir o requerimento de câmara ligada ao invés da presencialidade.
11. Vinícius Melo descreve o formato do curso atual, que capacita o servidor para o primeiro contato com a pessoa com deficiência.
12. Dra. Priscila Lopes da Silveira coloca que uma dificuldade do curso são as atividades extras. Ela sugere que o curso seja totalmente síncrono, sem atividades assíncronas.
13. José Gabriel Antunes de Assis esclarece que este é exatamente o formato do curso ofertado. Ele é totalmente síncrono. Ele sugere a realização de cursos presenciais em diferentes comarcas.
14. Dra. Priscila Lopes da Silveira sugere a incorporação dos cursos de libras no calendário anual, com a previsão de comarcas específicas e o estabelecimento de um número mínimo de alunos;
15. Adriana Mesquita fala sobre a exigência de servidores capacitados que virá em um futuro PROAD.
16. Raquel Magalhães Antonini sugere que os cursos tenham início na capital tendo em vista o público-alvo de profissionais como recepcionistas, oficiais de justiça, plantonistas;
17. José Gabriel Antunes de Assis sugere também uma equipe multiprofissional, incluindo psicólogos;
18. Denise Gondim de Mendonça sugere a alteração do protocolo, que hoje se dá por perícia, na comprovação de pessoa com deficiência, nos casos de requerimento de benefícios e cadastro no TJ/GO, para as que já contem laudo médico ou carteira com fé pública como é o caso da pessoa com TEA. Ela também sugere a inclusão de um juiz que está dentro do espectro autista no evento Todos por Todos;

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



19.

Dra. Priscila Lopes da Silveira sugere a retirada da exigência da perícia de deficiência (autismo);

20. Raquel Magalhães Antonini descreve o procedimento para isso.

21. Discussão sobre a falta de necessidade de perícias regulares para comprovação do autismo.

22. Dra. Priscila Lopes da Silveira coloca que a questão do Projeto Conviver será tratada na próxima reunião.

23. Dr. Heron José Castro introduz a pauta sobre doenças raras e propõe a ações de conscientização sobre as mesmas.

24. Dra. Priscila Lopes da Silveira propõe a inclusão da temática no evento Todos por Todos e o lançamento de folders informativos.

Deliberações

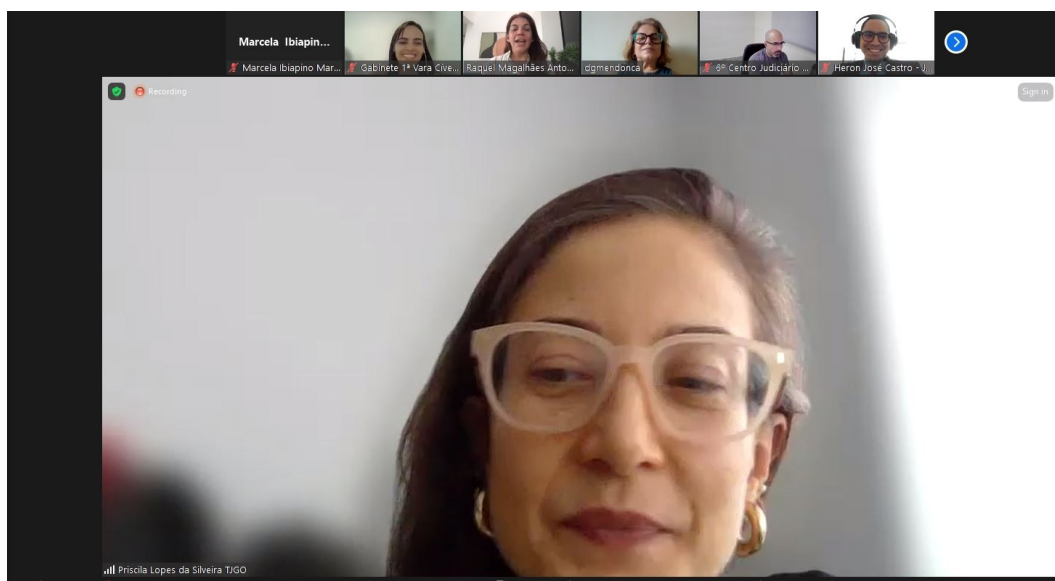
1. Aprovação do calendário anual de atividades da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.
2. Abertura de Proad para inclusão do Dr. Heron José Castro como membro dessa comissão.
3. Abertura de Proad com informativo e sugestão de criação de um canal de comunicação direta com o Nursa para esclarecimento de dúvidas acerca de acessibilidade e inclusão, a constar na página da intranet.
4. Abertura de Proad com sugestão para a Ejug das capacitações do ano de 2024 de acordo com a Resolução 401 e card anexo.
5. Abertura de Proad para o CCS com a sugestão de calendário de sensibilização temático, conforme calendário aprovado anexo.
6. Abertura de Proad com sugestão da não obrigatoriedade de perícias regulares para pessoas autistas.
7. A questão acerca do Projeto Conviver será tratada em uma próxima reunião.
8. Esta Comissão se reunirá em toda primeira sexta-feira de cada mês.

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Nós, Marcela Ibiapino Martins e a Secretária de Acessibilidade e Inclusão do Nursa Raquel Magalhães Antonini, lavramos a presente ata, que lida e achada conforme segue assinada por todos os presentes.

REGISTRO FOTOGRÁFICO:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

CALENDÁRIO 2024

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJ/GO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS

#EmConstanteEvolução

Janeiro

04 - Dia Mundial do
Braile



Fevereiro

18 - Dia Nacional da
Síndrome de
Asperger
28 - Dia Mundial das
Doenças Raras



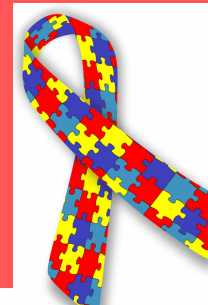
Março

03 - Dia Mundial da
Audição
21 - Dia Internacional
da Síndrome de
Down



Abril

02 - Dia Mundial do
Autismo
23 - Dia Nacional da
Educação dos
Surdos



Maio

07 - Dia Nacional da
Saúde Ocular e
Prevenção à
Cegueira
18 - Dia Nacional da
Luta Antimanicomial
26 - Dia Nacional do
Combate à Cegueira
pelo Glaucoma



Junho

18 - Dia do Orgulho
Autista
27 - Dia Internacional
do Surdocego
1º Ciclo de Palestras
TODOS POR
TODOS





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS

#EmConstanteEvolução

Julho

06 - Lei Brasileira de
Inclusão da Pessoa
com Deficiência
26 - Dia Nacional do
Intérprete de Libras

2º Ciclo de Palestras
TODOS POR
TODOS



Agosto

01 a 15 - Curso de
Libras
10 - Dia Internacional
da Superdotação
21 a 28 - Semana
Nacional da Pessoa
com Deficiência

3º Ciclo de Palestras
TODOS POR
TODOS



Setembro

21 - Dia Nacional da
Luta das Pessoas
com Deficiência
22 - Dia Nacional do
Atleta Paralímpico
26 - Dia Nacional do
Surdo

4ª Ciclo de Palestra
de TODOS por
TODOS



Outubro

08 - Dia Mundial da
Visão
10 - Dia Mundial da
Saúde Mental
11 - Dia Nacional da
Pessoa com
Deficiência Física
25 - Dia Nacional de
Combate ao
Preconceito ao
Nanismo

5º Ciclo de Palestras
TODOS POR
TODOS



Novembro

10 - Dia Nacional
Prevenção e
Combate à Surdez
16 - Dia Nacional de
Atenção à Dislexia

6º Ciclo de Palestras
TODOS POR
TODOS



Dezembro

03 - Dia Internacional
da Pessoa com
Deficiência
05 - Dia da
Acessibilidade
11 - Dia Nacional da
Pessoa com
Deficiência Visual

7º Ciclo de Palestras
TODOS POR
TODOS



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão, Resolução CNJ nº 401/2021.

Até 10 pontos



Diretrizes para a EJUG

1. Capacitação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores(as) no básica em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018;
2. Capacitação específica para os(as) integrantes da equipe multidisciplinar para prestar o atendimento biopsicossocial à pessoa com deficiência;
3. Capacitação específica para o desenvolvimento do pleno atendimento à pessoa com deficiência;
4. Capacitação dos(as) magistrados(as) e servidores(as), gestores(as), chefes de seção e divisão do Poder Judiciário goiano nos temas relativos a acolhimento, direitos, atendimento e cotidiano de pessoas com deficiência;
5. Capacitação do quadro de pessoal (terceirizados, comissionados e demais prestares de serviços) a fim de promover conscientização e promoção de direitos, e o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
6. Quadros profissionais da área de engenharia, arquitetura, tecnologia da informação, cerimonial e eventos, e comunicação social capacitados(as) em normas e padrões de acessibilidade, e na aplicação de tecnologias assistivas, para oferecer pleno atendimento ao público de pessoas com deficiência e assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações que visem ao cumprimento da Resolução CNJ nº 401/2021;
7. Atendimento ao público ocupados por pessoas aptas em comunicação em Libras.

**1- Público
Alvo**

1. Pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores(as) com capacitação básica em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018;

1.1 Juízas, juízes, servidoras e servidores do Poder Judiciário;

1.2 Quadro de pessoal (terceirizados, comissionados e demais prestadores de serviços);

1.3 Integrantes da equipe multidisciplinar;

1.4 Gestores, chefes de seção e divisão;

1.5 Quadros profissionais da área de engenharia, arquitetura, tecnologia da informação, cerimonial e eventos, e comunicação social.

Capacitação em Acessibilidade e Inclusão, Resolução CNJ nº 401/2021.

Continuação

2- Conteúdo Programático



2.1 Desenvolvimento do pleno atendimento à pessoa com deficiência;

2.2 Fomentar maior conscientização e mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário;

2.3 Normas e padrões de acessibilidade, e na aplicação de tecnologias assistivas, para oferecer pleno atendimento ao público de pessoas com deficiência e assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações que visem ao cumprimento da Resolução CNJ nº 401/2021.

3- Carga Horária do Curso

3.1 Curso “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, com carga-horária de 20 horas-aula;

3.2 A Portaria CNJ nº 353/2023 não especificou a carga horária para as capacitações em Acessibilidade e Inclusão. Diante disso, sugere-se, salvo melhor juízo, que a realização dessas capacitações tenha uma duração mínima de 70 horas, sendo 30 horas teóricas e 40 horas práticas.

4.1 Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário publicado no sítio eletrônico do CNJ em 2024, referente ao ano-base 2023. Para atender o Prêmio de 2025, tais capacitações precisam ocorrer durante o ano de 2024.

4- Data limite para conclusão com certificação

REFERÊNCIAS

Portaria nº 351/2023 - CNJ
Contato: Diretoria de Planejamento e Inovação -

Whatsapp: 62.3236-5434

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 783663542015 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

ANA FLAVIA FERREIRA ANTUNES

COORDENADOR(A)

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA DPI (ANTIGA GESTÃO DA QUALIDADE)

Assinatura CONFIRMADA em 13/12/2023 às 19:07



Nº Processo PROAD: [202103000263312](#) (Evento nº 33)

Nº Processo PROAD: [202312000469029](#) (Evento nº 4)

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 824456875986 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202103000263312 (Evento nº 33)

RAQUEL MAGALHAES ANTONINI

ASSISTENTE DE JUIZ

NUCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2024 às 14:26

Angelita de Fatima Ferreira da Cruz Mariath

ASSESSOR DE JUIZ DE DIREITO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Assinatura CONFIRMADA em 14/03/2024 às 15:40

PRISCILA LOPES DA SILVEIRA

JUIZ DE DIREITO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2024 às 18:24

ADRIANA MESQUITA

COORDENADOR(A)

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Assinatura CONFIRMADA em 13/03/2024 às 13:04

DENISE GONDIM DE MENDONÇA

MAGISTRADO

COMARCA DE ARAÇU

Assinatura CONFIRMADA em 12/03/2024 às 14:03

JOSE GABRIEL ANTUNES ASSIS

ANALISTA JUDICIÁRIO

6º CEJUSC REGIONAL VIRTUAL DO INTERIOR

Assinatura CONFIRMADA em 14/03/2024 às 11:59

THIAGO INACIO DE OLIVEIRA

JUIZ DE DIREITO

CRISTALINA DIRETORIA DO FORO

Assinatura CONFIRMADA em 15/03/2024 às 12:16

VINICIUS PEREIRA DINIZ MELO

SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO 2ª VARA CÍVEL, DAS FAZ.PUB., DE REG. PUBL. E AMBIENTAL

Assinatura CONFIRMADA em 19/03/2024 às 15:03

Heron José Castro Veiga

JUIZ DE DIREITO

FORMOSA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Assinatura CONFIRMADA em 13/03/2024 às 14:15

MARILIA CRISTIANE DA MOTA

COORDENADOR(A) DO NUCLEO DE ATERMAÇÃO

1º CENTRO JUDICIARIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA REGIONAL VIRTUAL DO INTERIOR

Assinatura CONFIRMADA em 14/03/2024 às 13:41

NEUMA MARIA DA SILVA CHADUD FREITAS

DIRETOR(A)

DIVISÃO DE ALOCAÇÃO E ATENDIMENTO AO SERVIDOR

Assinatura CONFIRMADA em 14/03/2024 às 10:34

